

KARINA YAMADA/CÂMARA DE GUARULHOS



Dois projetos da Prefeitura tiveram parecer favorável

Câmara de Guarulhos aprova seis Projetos de Lei em definitivo

Guarulhos aprovou Projetos em definitivo. O PL 89/2026 institui o Programa Imóvel Regular e o PL 136/2026, que trata do Código de Posturas, ambos da Prefeitura. Também receberam parecer positivo o PL 3898/2023 sobre a Política de Prevenção e Combate às Amputações em Pacientes Diabéticos, da vereadora Carlinda Tinôco (Republicanos) e O PL 3/2025, da vereadora Janete Rocha Pietá (Rede), sobre a Corrida e Caminhada pela Prevenção e Cura do Câncer de Mama. O PL 31/2026, do vereador Rafa Marques (MDB) e o PL 2485/2022, dos vereadores Pastores Adalberto e Anistaldo (Mobiliza) passaram por votação. O primeiro inclui a “Festa Junina da UMG” no calendário oficial. Já o segundo institui a Semana de Valorização da Vida e Prevenção ao Suicídio.

Osasco discute soluções com a Sabesp

Osasco realizou uma reunião com a Sabesp para debater questões sobre abastecimento, saneamento básico e a comunicação com os órgãos públicos. Também discutiram sobre tarifas, obras, mobilidade e qualidade do asfalto utilizado pela Companhia. Foi informado pela concessionária, que será feita uma ação com a Defensoria Pública do Estado para solucionar problemas dos consumidores neste sábado (27).

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DE OSASCO



Uma ação para resolver demandas ocorrerá no dia 27/6

Mudanças na prestação de contas em Mogi

A Câmara de Mogi das Cruzes aprovou o Projeto de Emenda à Lei Orgânica 2/2026, alterando o inciso VII do artigo 216 e o inciso VI do artigo 221 da legislação municipal. A nova regra obriga o Executivo a realizar audiências públicas anuais para prestar contas ao Legislativo sobre a aplicação de recursos. O prazo para a prestação de contas das verbas da Cultura, relativas aos 12 meses anteriores, vai até o fim de novembro. Já a do Esporte e Lazer deve ocorrer até o final de outubro.

Controle, clareza e transparência

A Comissão Permanente de Cultura, Esporte e Turismo foi o autor do texto e, segundo ela, a medida é um avanço na transparência na gestão de recursos públicos, tendo como objetivo garantir um maior controle e clareza sobre o uso do dinheiro público. Desta forma, a iniciativa possibilita um acompanhamento efetivo e uma avaliação contínua dos programas das secretarias.

LDO em Cotia

A Câmara de Cotia aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2027. O PL 75/2026, de autoria do Executivo, foi votado durante a 21ª Sessão Ordinária. A LDO fixa diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), que dispõe sobre sua estrutura e estabelece orientações para as despesas

Santo André e Barueri

Santo André e Barueri registraram um alto volume de chuva, com grandes acumulados. Em 24 horas, Santo André recebeu uma quantidade de chuva equivalente a 67% da média esperada para junho. Barueri também teve um acumulado significativo, atingindo a marca de 56% da sua média mensal de chuva.

Mauá I

A Prefeitura de Mauá lançou edital para um concurso público voltado ao preenchimento de cinco vagas imediatas para o cargo de Agente Legislativo. A função exige o ensino médio completo e tem remuneração inicial de R\$3.650. O concurso é organizado pelo Instituto de Gestão e Desenvolvimento Social.

Mauá II

As inscrições deverão ser feitas online até o dia 26 de julho. Os candidatos realizarão uma prova objetiva de 40 questões de múltipla escolha, que abrange conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática, Informática, Atualidades e Conhecimentos Específicos. Esta é a primeira seleção promovida pelo Legislativo mauaense desde 2019

Taboão da Serra I

Taboão da Serra realiza, de 1º de julho a 10 de agosto, a campanha de Anistia Fiscal 2026. Contribuintes com tributos municipais vencidos até o fim de 2025 podem renegociar dívidas com descontos de até 100% em juros e multas. O parcelamento pode ser feito em até 24 vezes.

Taboão da Serra II

A renegociação ocorre de forma online ou presencialmente nas Centrais Atende do Centro e Pirajuçara, de segunda a sexta-feira. O abatimento de juros varia de 15% a 100% conforme as parcelas, que têm valor mínimo de R\$ 117,90. O acordo é validado após a quitação da primeira cota até 10 de agosto.

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SÃO BERNARDO



A cidade amplia debate de políticas públicas na saúde nacional e estadual

Conselho de São Bernardo define propostas para a área da saúde

Conselho aprova diretrizes para reduzir tempo de espera no SUS

Da Redação

O Conselho Municipal de Saúde de São Bernardo aprovou as diretrizes para as próximas Conferências Nacionais e Estaduais de Saúde. A reunião contou com cerca de 100 pessoas, entre usuários, funcionários e gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) da cidade, e tratou da etapa local da 10ª Conferência Estadual de Saúde – 10ª CES “Saúde, Democracia, Soberania e SUS: cuidar do povo é cuidar do Brasil”, fase estadual da 18ª Conferência de Saúde. Evento ocorreu na sede da Associação Paulista de Medicina.

Em quatro grupos, um para cada eixo temático debatido, foram discutidas e formuladas as diretrizes que vão ser apresentadas nas Conferências Estadual e Nacional de Saúde e vão nortear as propostas de políticas públicas. Cada grupo foi composto pelos três “segmentos” de participantes. O evento contou com uma abertura realizada pela Banda da Polícia Militar.

O primeiro eixo, voltado à soberania e democracia, teve foco estadual em reduzir a espera por consultas e exames na atenção primária, enquanto o plano nacional debateu sobre a comunicação descentralizada e sobre o comba-

te à precarização do SUS.

O financiamento do sistema compõe o segundo eixo. A proposta estadual prevê que 15% do orçamento paulista seja distribuído com equidade entre as macrorregiões, fortalecendo órgãos como o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, enquanto a diretriz nacional exige a aplicação mínima de 10% do Orçamento da União na saúde.

No terceiro eixo, focado no impacto das emergências climáticas e na justiça socioambiental, o planejamento estadual propôs ampliar o quadro de profissionais das vigilâncias por meio de concursos públicos. Já a meta nacional busca reforçar a infraestrutura ministerial para fiscalizar os riscos ambientais.

O quarto eixo debateu o modelo de assistência e cuidado. Regionalmente, a prioridade é a expansão de hospitais e centros especializados custeados pelo Estado para suprir demandas históricas, como a oncologia e o tratamento de pacientes renais crônicos, desafogando o Hospital Anchieta. Nacionalmente, o pleito é por uma lei que garanta mais repasses federais permanentes para os municípios que realizam atendimentos que são de média e alta complexidade.